



AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA: uma análise a partir da agricultura capitalista e a produção de alimentos

Emanuel Mateus da Silva Bandeira – Ufma

RESUMO

A agricultura capitalista se apresenta como um modelo de alta produtividade e modernização tecnológica, mas esconde em suas raízes um ciclo de dependência que atravessa toda a sociedade. Os mesmos grupos econômicos que controlam a produção de sementes transgênicas e agrotóxicos são, em sua maioria, os mesmos que dominam a indústria farmacêutica e alimentícia, criando uma cadeia que começa na contaminação do solo e termina na medicalização do corpo humano. Nesse processo, a lógica do lucro se coloca acima da saúde, da soberania alimentar e da vida. Em contraponto, a agricultura camponesa surge como resistência, baseada na autonomia, na diversidade e no cuidado com a terra, revelando um caminho possível para romper o ciclo de exploração e adoecimento imposto pelo sistema capitalista. Assim, o presente texto objetiva analisar a resistência camponesa em meio ao avanço do capital nos territórios.

Palavras-chave: agronegócio; agricultura camponesa; capitalismo; soberania alimentar; sustentabilidade.

Introdução

O desenvolvimento do agronegócio no Brasil é frequentemente apresentado como símbolo de progresso e eficiência econômica. Com sua forte introdução no mercado internacional, esse modelo de negócio ou agricultura, por assim dizer, é constantemente associado à ideia de modernidade, avanços tecnológicos no campo e uma promessa geracional de empregos. Entretanto, devemos analisar toda essa narrativa apresentada como “sucesso”, e observar o que está por trás dela. Aparentemente esconde-se um conjunto de contradições que revelam os limites de um sistema orientado pela concentração de terras, pela dependência tecnológica e pela exploração ambiental.



Analisando alguns estudos, é perceptível que a expansão do agronegócio tem provocado profundas transformações sociais e territoriais. A mecanização e o uso intensivo de insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, contribuíram para o aumento da produtividade, porém, ampliaram também os impactos negativos sobre a biodiversidade, a saúde dos trabalhadores e das comunidades rurais. Além disso, a concentração fundiária e o avanço de monocultivos em larga escala resultam na expulsão de famílias camponesas e no enfraquecimento das formas tradicionais de cultivo, provocando a expropriação de milhares de famílias camponesas e o enfraquecimento das formas tradicionais de produção e de vida no campo (FERNANDES, 2019, P. 84).

A partir das reflexões nas aulas da disciplina Educação do Campo, é possível compreender que os mesmos grupos econômicos que controlam a produção de sementes transgênicas e agrotóxicas são, em sua maioria, os mesmos que dominam a indústria farmacêutica e alimentícia, criando uma cadeia que começa na contaminação do solo e termina na medicalização do corpo humano. Nesse processo, a lógica do lucro se coloca acima da saúde, da soberania alimentar e o principal, acima da vida!

Esse controle corporativo não se limita ao campo da produção agrícola, mas se estende ao cotidiano das populações, influenciando o que se planta, o que a sociedade pode consumir, e até mesmo as formas de tratar as doenças provocadas por esses produtos a qual eles controlam. Às grandes empresas transnacionais constroem uma integração perversa entre os setores agrícola, alimentício e farmacêutico, na qual o mesmo sistema que adoce o meio ambiente e o corpo humano, oferece em seguida, os remédios e suplementos para remediar os efeitos desse desequilíbrio (SHIVA, 2003).

Ou seja, essas três fases “ambiente, alimento e saúde”, vai tratar então de uma cadeia de dependência, em que tanto o meio ambiente e agrícola, quanto o alimento e a saúde, deixa de ser um direito e passa a ser uma mercadoria controlada por interesses financeiros globais. Shiva (2003, p. 57), observa isso, “a uniformidade imposta pelo agronegócio não é apenas agrícola, mas também cultural e biológica, reduzindo a autonomia dos povos e subordinando a vida à lógica do mercado”. Dessa forma, o problema ultrapassa a dimensão econômica, pois envolve a própria soberania dos povos sobre sua alimentação, seus territórios e sua saúde.

Mas, existe uma oposição a esse modelo, que seria a agricultura camponesa. A agricultura camponesa mesmo com tais avanços, resiste e se mantém como guardião de práticas ancestrais e sustentáveis, fundamentadas na cooperação, na diversificação produtiva e na



valorização dos saberes locais. Como isso, podemos afirmar que o camponês não apenas produz alimentos, mas também preserva culturas, modos de vida e uma relação equilibrada com a natureza.

A resistência camponesa não se expressa apenas na manutenção de práticas tradicionais, mas também na capacidade de reorganizar seus territórios frente às pressões impostas pelo agronegócio e pela expansão do capital. Em muitos contextos, essa resistência assume formas políticas, produtivas e culturais, nas quais o camponês reafirma sua presença histórica na terra e reivindica o direito de permanecer nela. Ao manejar o solo de maneira cuidadosa, fortalecer relações comunitárias, preservar sementes crioulas e incentivar circuitos curtos de comercialização, a agricultura camponesa constrói alternativas concretas a lógica hegemônica de produção.

Ou seja, o movimento camponês não só protege o território físico, mas defende um modo de vida pautada na autonomia, no pertencimento e na produção social das comunidades. Com isso, ao analisar a agricultura camponesa como resistência em meio ao avanço do capital nos territórios, é compreender que sua existência é, por si só, um ato político de enfrentamento a essas estruturas concentradoras do capital, revelando que outro modelo de agricultura, mais justo e enraizado no cuidado com a vida, permanece vivo e em disputa.

Referencial Teórico

O debate sobre o agronegócio e a agricultura camponesa está diretamente ligado à compreensão das transformações do campo brasileiro e das disputas por terra, poder e conhecimento. Segundo Delgado (2012), o agronegócio representa a consolidação de um modelo de agricultura empresarial, fortemente dependente do capital financeiro e de tecnologias controladas por grandes corporações transnacionais. Ou seja, esse sistema insere a produção agrícola em uma lógica de mercado global.

Se a produção agrícola se torna esse mercado global, logo, ele torna a terra e o alimento em mercadorias, e o valor de uso cede espaço ao valor de troca. A partir dessa lógica, a agricultura deixa de ter como foco principal o abastecimento alimentar da população e passa a atender às demandas do mercado externo, priorizando commodities, que seria produtos produzidos em larga escala, geralmente com pouca diferenciação entre os produtores. Exemplos de commodities seria: milho, soja e cana-de-açúcar. Stedile (2013) observa que, o agronegócio



é, antes de tudo, uma expressão do capitalismo no campo, e sua expansão implica a subordinação da natureza e do trabalho humano aos interesses do lucro.

Autores como Altieri (2008) e Fernandes (2019), por outro lado, apresentam a agricultura camponesa e agroecológica como uma forma de resistência à homogeneização imposta pelo agronegócio. A agroecologia propõe um modelo baseado na autonomia produtiva, na diversidade de culturas e na gestão coletiva dos recursos naturais, em oposição ao controle corporativo da cadeia produtiva. Fernandes (2019) destaca que o campesinato não deve ser visto como um resquício do passado, mas como um sujeito político que propõe novas formas de convivência, produção, sustentabilidade ambiental e justiça social.

Assim, o referencial teórico utilizado neste estudo compreende que a disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa ultrapassa os limites da produção agrícola. Trata-se de um conflito de projetos de sociedade, na qual estão em jogo as formas de se relacionar com o território, com o alimento e com o próprio sentido do desenvolvimento.

Metodologia

A construção deste trabalho se fundamentou em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, orientada pelas discussões realizadas no âmbito da disciplina de Estudos Diversificados – Educação no Campo.

Inicialmente, foi realizado um estudo bibliográfico a partir de obras de referência que discutem o agronegócio, o campesinato, a agroecologia e as disputas territoriais no campo. Entre os autores consultados, destacam-se Fernandes (2019), Shiva (2003), Altieri (2008), Delgado (2012) e Stedile (2013). As contribuições desses autores possibilitaram problematizar os impactos sociais, ambientais e econômicos do modelo agroexportador, como também compreender o papel político e histórico da agricultura camponesa na construção de alternativas sustentáveis.

Além da pesquisa bibliográfica, foi incluída as reflexões desenvolvidas durante os debates em sala de aula, especialmente nos momentos em que foram discutidos temas como alimentação, uso de agrotóxicos, concentração fundiária e resistência territorial camponesa. Também foi envolvido um processo de leitura crítica e comparação entre diferentes modelos agrícolas, possibilitando identificar as contradições estruturais do agronegócio e a potência das práticas camponesas.



Assim, a metodologia deste estudo combina pesquisa bibliográfica, debate formativo e análise crítica, compondo um percurso investigativo coerente com os princípios da Educação do Campo e com o objetivo de compreender a agricultura camponesa como forma de resistência frente ao avanço do capital.

Resultados e Discussões

Os estudos analisados demonstram que, embora o agronegócio seja responsável por uma grande parte das exportações brasileiras e contribua para o PIB nacional, ele promove um sistema de dependência tecnológica e econômica, tornando os agricultores reféns de grandes empresas que controlam insumos, sementes e patentes.

Além disso, o uso intensivo de agrotóxicos e o avanço de monoculturas geram impactos ambientais irreversíveis, como a contaminação de solos e rios, o desaparecimento de espécies nativas e o comprometimento da saúde humana. Ao mesmo tempo, a concentração de terras e a mecanização crescente reduzem o número de trabalhadores no campo, tornando real o que podemos chamar de “êxodo rural”, a qual acaba ampliando a desigualdade social.

Mas, as experiências de agricultura camponesa e agroecológica têm mostrado resultados positivos tanto do ponto de vista produtivo, quanto social. O uso de técnicas de manejo sustentável permite a conservação do solo, o fortalecimento das economias locais e a oferta de alimentos mais saudáveis. Ou seja, a agricultura camponesa, ao preservar laços comunitários e modos de vida tradicionais, contribui para a construção de uma sociedade mais equilibrada e solidária e sustentável.

Considerações Finais

A análise realizada permite compreender que existem dois modelos antagônicos de desenvolvimento rural: agronegócio e a agricultura camponesa. Enquanto o primeiro está voltado para o mercado global, com foco na acumulação de capital e na exploração intensiva dos recursos naturais, o segundo se baseia em princípios de autonomia, diversidade e respeito à vida.

Repensar o papel da agricultura na sociedade contemporânea significa questionar a lógica que subordina a alimentação à economia e recolocar o ser humano e a natureza no centro das decisões produtivas. Aquilo que muitos chamam de alimento, ou empresas vendem como



alimento no comércio brasileiro, em muitos países já foram proibidos, pois é veneno para o corpo humano.

A agricultura camponesa, portanto, não deve ser vista apenas como alternativa ao agronegócio, mas como um projeto civilizatório que propõe novas formas de coexistência entre o homem e a terra. Valorizar o trabalho camponês é, em última instância, defender o direito à saúde, à soberania alimentar e à vida em plenitude.

Referências

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: princípios e estratégias para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária, soberania alimentar e campesinato*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

STEDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SHIVA, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.